



Processo Administrativo nº 023/2025

Requerentes: **CAIO VICTOR BORGES COSTA** (boi do competidor Caio Melo)

Requeridos: **JOÃO BEZERRA CAMELO** (Juiz de Pista)

PEDRO EDUARDO MARTINS PEDROSA (Juiz da Alternativa)

DECISÃO

Tratam-se os autos de Processo Administrativo aberto por solicitação do Sr. Caio Victor Borges Costa, através de formulário padrão encaminhado à ABVAQ na data de 01/04/2025.

Afirma o requerente que ao julgar o boi do competidor Caio Melo, senha 341, durante a disputa da categoria amador, na vaquejada do Parque Dirceu Arcoverde, na cidade de Teresina/PI, na data de 29 de março de 2025, os requeridos não observaram as regras contidas no RGV e MJB da ABVAQ, uma vez que, na visão do requerente, em momento algum tomou a frente do boi, nem tirou o boi na baiana.

Após recebimento da denúncia, o Presidente da ABVAQ determinou a abertura do presente processo administrativo e nomeou a esta Comissão Disciplinar Processante, composta por três membros, sendo o ora relator e os demais componentes abaixo assinado, para apuração e julgamento da referida denúncia.

Em reunião realizada na data de 09 de abril do corrente ano, esta Comissão Disciplinar Processante, determinou as citações/intimações dos requeridos, para integrarem aos referidos processos administrativos, bem como, apresentarem defesa com as provas cabíveis no prazo de 10 dias. Em ato contínuo, determinou encaminhamento de Ofício ao Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ, solicitando parecer acerca do julgamento do boi em discussão.

O requerido João Bezerra Camelo apresentou defesa afirmando ter julgado zero, por entender que o vaqueiro tomou a frente do boi, quando este buscava passar pelo lado correto da apresentação.

Por sua vez, o requerido Pedro Eduardo Martins Pedrosa, apesar de regulamente citado e intimado, não apresentou defesa.



Na data de 14/04/2025 o Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ encaminhou parecer aduzindo que o julgamento proferido pelo juiz de pista foi equivocado, e que a comissão alternativa, também em desacordo com o RGV e MJB da ABVAQ, ratificou o resultado da pista, julgando zero a apresentação. Destacando o Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ, em sua conclusão que: ***“Pelo exposto, e pelos fundamentos apresentados, temos que a conduta dos juízes de vaquejada envolvidos no julgamento proferido tanto na pista quanto pela Comissão Alternativa em relação ao boi objeto dos autos deste PA 023/2025 foram incorretas e desalinhadas com as normas previstas nos artigos 12 e 18 do RGV e 3º e 5º do MJB da ABVAQ.”***

Esse é o breve relatório.

Passamos a decidir:

Entende esta Comissão que o processo administrativo em análise está pronto para julgamento, não havendo necessidade de mais dilação probatória, uma vez que a mídia juntada aos autos, **o parecer exarado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ**, a apresentação de defesa pelo requerido João Bezerra Camelo e a ausência de defesa do requerido Pedro Eduardo Martins Pedrosa, elidem a necessidade de produção de novas provas.

Inexistindo questões preliminares, passamos diretamente ao mérito da demanda.

No que pese a não apresentação de defesa pelo requerido Pedro Eduardo Martins Pedrosa, esta comissão reconhece a revelia do mesmo; contudo, entende necessário e prudente avaliar os seus respectivos efeitos, com base nas provas colecionadas aos autos.

O requerimento inicial versa sobre a necessidade de averiguação de suposto julgamento equivocado feito pelo juiz de pista, o Sr. João Bezerra Camelo e sua ratificação pela comissão alternativa, através do requerido Pedro Eduardo Martins Pedrosa, com o intuito de analisar o desempenho técnico dos citados profissionais, nos termos do §1º, do art. 24 do Regulamento Geral de Vaquejada (RGV), *in verbis*:

“Art. 24 (...)

Parágrafo Primeiro: É facultado ao competidor, **após o julgamento do seu boi por parte da comissão alternativa**, requerer a análise da ABVAQ para aprofundar o julgamento televisivo para fins unicamente de verificação do trabalho técnico dos juízes, **sem que isso implique em**



mudança de resultado para fins de premiação e classificação da vaquejada.

.....”

(original se grifos)

De acordo com a norma acima citada, não há que se falar em ressarcimento de danos ou mesmo de alteração no resultado da apresentação. Restando tão somente analisar o desempenho técnico dos profissionais que julgaram o boi, objeto do presente processo administrativo, com a aplicação de punição (§2º, do art. 24 do RGV) caso tenha ocorrido erro de julgamento, uma vez que a decisão proferida pela Comissão Alternativa no evento, após anunciada, não pode ser modificada, conforme disposição contida na alínea “b”, do art. 18 do Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, senão vejamos:

“Art. 18. Quanto ao resultado do boi de TV:

.....

b. Qualquer que seja o resultado da comissão alternativa, após ser divulgado ao público pelo juiz de pista, será irrevogável.

.....”

(original sem grifos)

Em relação ao boi do competidor Caio Melo, a dúvida é se o cavalo de puxar passou para o outro lado, sem ter o competidor conseguido trazê-lo para o lado de origem antes do boi sair por completo (corrida baiana) e se os competidores tomaram a frente do bovino, impedindo-lhe a passagem. O juiz de pista, o requerido João Bezerra Camelo, entendeu que o vaqueiro de puxar impediu propositalmente a passagem do boi, quando este buscava correr pelo lado certo. A comissão alternativa, ratificou o julgamento de pista, mantendo zero a apresentação, afirmando, ainda, que a dupla tirou o boi na baiana.

O art. 18, do Regulamento Geral de Vaquejada, prevê:

“Art. 18 – Autorizada a saída do boi e, após sua saída totalmente do brete, os competidores devem posicioná-lo imediatamente para correr, não sendo permitida mais que uma rodada involuntária do boi em direção à porteira do brete, **sendo terminantemente proibido dificultar a passagem do boi, sob pena de zero (0).**

Parágrafo Primeiro: Entende-se por dificultar a passagem do boi, quando o bovino estar totalmente fora do brete, buscando passar pelo lado certo e os **dois cavaleiros à sua**



frente, ou seja, estando pelo lado certo, os dois competidores não podem ficar na frente do boi, caso isso aconteça e o boi volte, será julgado zero(0).

.....
Parágrafo Quarto: Caso a corrida do boi esteja vindo certa (boi no meio do cavalo), do lado certo, **os competidores não poderão tomar a frente do boi, sob pena de “0”.**

Parágrafo Quinto: Se o juiz entender que o vaqueiro está, **propositadamente, impedindo a passagem do boi, poderá julgar o boi “0”.**

(original sem grifos)

De acordo com a redação da norma acima citada, há de se observar dois critérios que justificam o julgamento: **a)** o primeiro, **critério objetivo**, ou seja, os dois cavaleiros não podem ficar a frente do boi; e **b)** o segundo, **critério subjetivo**, quando apenas um cavaleiro estiver a frente do boi; nesse caso, deve ser analisado todo o contexto da apresentação, pois, em se comprovando, ainda que apenas um dos vaqueiros esteja a frente do boi, impedindo de forma voluntário a passagem do boi pelo lado certo, deve ser julgada zero a apresentação.

Nas imagens destacadas abaixo, verifica-se que o vaqueiro de esteira não está a frente do boi, pelo contrário, posicionou o seu animal literalmente nos “pés do boi”; apenas o vaqueiro de puxar está com seu animal adiantado. Portanto, deve ser analisada o contexto geral da apresentação, com o objetivo de averiguar se o competidor de puxar impediu propositalmente a passagem do boi, quando este buscava passar pelo lado correto da apresentação.



Nesta imagem 4, acima, a dupla posicionava o boi buscava para seguir na carreira, os dois cavalos estavam atrás da linha do boi e o bovino buscava seguir pelo lado certo da dupla.



Seguindo a apresentação (imagens 5, acima), o boi riscou mesmo os competidores vindo o esteira atrás e o puxador do lado, ou seja, o bovino não quis seguir na carreira.

Na Imagem 5, observa-se que o boi risca de forma involuntária, mesmo os dois cavalos vindo atrás da linha do boi, principalmente o cavalo de esteira. Após isso, o boi gira em direção ao brete.

Nos parece claro que não há intenção da dupla em impedir que o boi siga a apresentação pelo lado correto. Vemos claramente na Imagem 5 que o espaço à frente do boi está totalmente livre para que o mesmo corra. Como se afirma no meio da vaquejada: “o corredor estava totalmente livre”. Além disso, observa-se o vaqueiro de puxar posicionando seu animal de forma correta, em momento algum impedindo a passagem do boi.

Por demais, quanto à justificativa do requerido Pedro Eduardo Martins Pedrosa de que o boi também seria zero em razão do cavalo de puxar ter ultrapassado para o lado contrário e o vaqueiro não ter conseguido conduzi-lo de volta ao lado de origem antes do boi sair por completo (corrida baiana), também não merece acolhimento, uma vez que o boi ao sair por completo o cavalo de puxar estava em frente a cancela, o que não configura corrida baiana. Nesse mesmo sentido, é o posicionamento do Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ, formado por 03 juízes credenciados, exarado no parecer juntado aos autos, cujas imagens abaixo destacamos:



Nestas imagens 2 e 3, acima, no momento da saída do boi o cavalo do puxador estava na frente da cancela do brete, de maneira que não observamos nenhuma irregularidade até esse momento da apresentação.

Assim, entende esta comissão que o julgamento proferido pelo juiz de pista foi equivocado. Tendo a comissão alternativa, mantendo o erro da pista, ratificando o julgamento, em total desacordo com as normas previstas no RGV e MJB da ABVAQ.

Apesar do erro do juiz de pista, o requerido João Bezerra Camelo, entende esta Comissão Disciplinar Processante por não lhe aplicar qualquer das punições previstas no art. 36 do Regulamento Geral de Vaquejada, uma vez que o juiz de pista tem que julgar no momento exato da apresentação, sem acesso a meios tecnológicos para tirar eventual dúvida. Além de que, da posição que o mesmo se encontrava, no momento real da apresentação, não podemos considerar desproporcional o entendimento de que o vaqueiro tenha fechado a frente do boi. Dessa forma, não há que se falar em erro grosseiro que justifique a aplicação de punição.

Mesmo entendimento não podemos aplicar ao juiz da comissão alternativa, pois, além dos meios tecnológicos, com destaque para a quantidade de câmeras, fornecendo imagens por mais variados ângulos, ele poderia rever as imagens quantas vezes fossem necessárias. Além de que, ficou demonstrando a aplicação equivocada da regra atinente a corrida baiana.

Diante do exposto, esta Comissão Disciplinar Processante, por unanimidade, reconhece a revelia do requerido Pedro Eduardo Martins Pedrosa, contudo, deixa-lhes de aplicar os seus efeitos, nos termos fundamentados nesta decisão. No mais, também a unanimidade, decide pela **procedência** da denúncia, nos termos retro apresentados.

No mais, quanto à fixação da punição, entende por não a aplicar ao requerido João Bezerra Camelo, uma vez que, mesmo diante do erro de julgamento do boi em análise, não há que se falar em erro grosseiro, além de que o citado requerido estava atuando como juiz de pista, tendo julgado zero o boi por entender que o vaqueiro de puxar estava a frente e impedindo voluntariamente a passagem do boi, não dispondo, a seu favor, de meios tecnológicos para lhe auxiliar no julgamento.



Por outro lado, em relação ao requerido **Pedro Eduardo Martins Pedrosa**, decide esta Comissão Disciplinar Processante pela obrigatoriedade de realização do Curso de Reciclagem, nos termos do item 2 do art. 36, do RGV. Ficando decidido, ainda, que fica **SUSPENSA** a credencial do requerido **Pedro Eduardo Martins Pedrosa até a realização do curso de reciclagem**. Devendo o requerido **Pedro Eduardo Martins Pedrosa** contactar a Coordenação Pedagógica da ABVAQ para realização do Curso de Reciclagem.

Remeta-se a presente decisão ao Presidente da ABVAQ, para análise e posicionamento, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral.

Após decisão do Presidente, em caso de validação, expedir mandados de intimações das partes, bem como encaminhar ofício ao setor de TI da ABVAQ para devida publicação no site da associação e à Coordenação Pedagógica desta associação.

João Pessoa/PB., 12 de maio de 2025.

Presidente da Comissão

Membro da Comissão

Membro da Comissão